

A propósito das noções de "problema social" e "problema sociológico"

José Rodrigues dos Santos¹

Quando me foi oferecida a oportunidade de escrever um texto que se integre num volume de homenagem a um grande Professor de Sociologia, pensei que seria interessante ter em mente as lições que, enquanto docente, tenho vindo a aprender com os meus estudantes. E tentar escrever algo que, para além da intenção original, se dirija também aos jovens que, como aqueles que beneficiaram, geração após geração, do ensino do Professor Augusto da Silva, virão a tomar contacto com o ensino da sociologia, e a tentar compreender o tipo peculiar de jogo de linguagem que aí se joga. A oportunidade da questão que aqui colocamos foi-me sendo revelada à medida que tomava contacto com os estudantes de Sociologia em Portugal. Mas fiquei definitivamente convencido de que era necessário desenvolver um trabalho de clarificação, no dia em que, tendo submetido a uma turma de Seminário de quarto ano, (que estava a elaborar os trabalhos que substituíram no currículo o antigo Trabalho de Fim de Curso), a questão da diferença e da relação entre estas duas noções, uma estudante respondeu que quanto a "problema social", era fácil definir, são situações como droga, crime, etc.; já quanto à noção de "problema sociológico" ela "não estava bem a ver...". A perplexidade não era apenas um facto individual: como pude constatá-lo em seguida, quase todos os outros estudantes se encontravam na incapacidade de definir, mesmo de modo aproximativo, a noção de "problema sociológico". Não é difícil imaginar o desastre que será a prática profissional de "sociólogos", lançados na vida activa sem saberem definir por vagamente que seja, o que é um problema sociológico. Mas será que é possível, em algumas páginas apenas, colocar as bases necessárias para um trabalho sobre estas noções? Se for o caso, não poderá tratar-se, estou disso certo, senão de abrir uma reflexão que deverá prolongar-se nas aulas, e no estudo.

¹ Em 1999: Universidade de Évora, Departamento de sociologia, CIDEHUS. Texto publicado em: Colectivo 2000. *Homenagem ao Professor Augusto da Silva*, Évora, Universidade de Évora: 417-441.

2006: Academia Militar, Lisboa e CIDEHUS, Universidade de Évora

1. A construção de um vocabulário científico

Se existem grandes aquisições da Sociologia que se tenham tornado banais à força de serem trabalhadas e transmitidas a gerações sucessivas de aprendizes sociólogos, uma delas é sem dúvida a da dificuldade particular da construção das Ciências Sociais pelo facto de estas utilizarem um vocabulário que é partilhado com a linguagem quotidiana, não científica. Mas a relação entre as duas linguagens (comum e científica) prolonga-se para além da terminologia na qual a disciplina sociológica exprime os seus resultados, visto que os termos da linguagem comum veiculam pontos de vista, crenças, teorias, que são por assim dizer "compilados" nos termos característicos dessa linguagem. As numerosas conotações que os acompanham, o "feixe" de significações (GRIZE 1990) que a semântica desses termos inclui e mobiliza, exigem da parte do cientista um esforço constante para *estabelecer* e *manter* a diferença entre o sentido denotativo do termo que utiliza no seu trabalho sociológico, e o(s) sentido(s) que esse mesmo termo assume na linguagem corrente. Deste modo, a construção das disciplinas sociológicas fez-se, e continua a fazer-se, através de um trabalho crítico de análise das noções e de reconstrução dos conceitos através da evidenciação das condições sociais da sua utilização, que se traduz invariavelmente na redefinição do conteúdo semântico dos termos. Estudar a relação entre "problema social" e "problema sociológico" é portanto ao mesmo tempo analisar a relação entre duas utilizações distintas do termo "problema" (o uso corrente, e o uso do termo em sociologia), elucidar um processo característico de trabalho teórico das ciências sociais, e sobretudo demonstrar a que ponto a noção de problema sociológico é essencial na construção do objecto em ciências sociais.

2. O que é um "problema"?

Antes de estudar as relações entre duas acepções distintas da noção de "problema", convém colocar alguns pontos de referência quanto ao significado genérico da noção, aceitando para tal a questão, que poderá parecer algo trivialmente evidente, de saber o que é um "problema".

Na linguagem corrente identificamos para começar, duas componentes para esta noção: "dificuldade", e "questão". A primeira é fácil de entender: ter um "problema digestivo", ou ter "problemas de coração", como ter "um problema com o carro", que pode ser um "problema de carburador", ter "problemas sentimentais", ou "problemas com a vizinhança", para não falar dos que têm "problemas com a Polícia", é, em todos os casos, encontrar uma *dificuldade* prática, tornada importante e pertinente para quem a sente, pelo sofrimento que causa. As *interrogações* que a dificuldade suscita em quem a sente ou nos que a rodeiam,

também se chamam "problemas": com efeito, nos contextos práticos que dominam o aparecimento e o "tratamento" deste tipo de problemas, o que importa para os actores é tentar resolver o problema. Ora, saber como resolvê-lo supõe, sempre, uma formulação (mais ou menos explícita) da questão e a sua progressiva especificação. "Qual é o problema com este carro? – um problema de carburador; que problema? O problema poderá vir a ser formulado como "saber como regular o carburador", ou "como substituir uma peça interna", etc. A dificuldade prática e as questões que ela suscita junto daqueles que a sentem, são o que a linguagem corrente designa, indistintamente, por "problemas".

Importa agora comparar as indicações que acabamos de dar com a noção básica de "problema" no uso filosófico corrente. A definição filosófica clássica de "problema", ao integrar a ideia de "dificuldade especulativa mas que pode ser também prática" (E. Bréhier, *cit. in* Lalande 1968), coloca a tónica no momento que desencadeia a interrogação ou a procura prática de uma solução. Aceitemos este ponto inicial: a *dificuldade*. A descrição que elabora A. Goldman do que é "ter um problema", nos termos do que o autor designa como uma "epistemologia natural", completa a noção clássica. Para Goldman, "ter um problema" implica as condições seguintes:

Q é uma questão;

O Sujeito (S) quer ter uma resposta (verdadeira) a Q;

S acredita que não tem uma resposta (verdadeira) para Q; e

S não tem resposta (verdadeira) a Q (GOLDMAN 1986): 126).

Ter um problema, prossegue Goldman, é, portanto, para um *sujeito*, ter o *desejo* de obter uma *resposta* a uma *questão*. A definição de Émile Bréhier citada por Lalande (1968) colocava a tónica na dificuldade; por seu turno, a definição de Goldman situa o ponto inicial na ausência de resposta a uma questão que o sujeito deseja resolver. Deste modo, enquanto a definição de Bréhier faz da *dificuldade* encontrada ponto de partida e o eventual motivo da interrogação (questão), Goldman situa a dificuldade como o *efeito* da ausência de resposta a uma questão que é suposta preexistir. Se compararmos estes pontos de vista com o que ficou implícito nos exemplos que demos, constatamos que a descrição que propomos se afasta das precedentes. Sigamos uma formulação análoga à de Goldman:

Um sujeito (S) tem uma *dificuldade* D (que pode ser prática);

S deseja resolvê-la;

S não tem solução para D;

S *elabora questões* sobre a natureza de D;

S *formula* a natureza de D sob a forma de uma questão (prática ou especulativa);

A nossa descrição acrescenta três elementos importantes:

O facto de situar, como o faz E. Bréhier, o ponto inicial na dificuldade, mas atribuindo-a (como Goldman) a *um sujeito* (1);

O facto que a própria *natureza* da dificuldade necessita ser identificada (4);

Enfim, o facto que a questão que deve ser *formulada* (5) o que supõe que ela não estava adquirida desde o início, mas aparece, pelo contrário, como o produto de um trabalho de identificação (determinação) e de formulação (enunciação): a questão deve ser produzida a partir da "situação problemática" mal definida inicial.

A noção de problema e a noção correspondente de "resolução de problemas" tomou uma importância decisiva nas ciências do conhecimento, tanto aplicadas (Inteligência Artificial, "I.A.", como teóricas, Ciências Cognitivas), sobretudo a partir da obra de Herbert Simon e Allen Newell "*Human Problem Solving*" (1972), aliás precedida de vinte anos de trabalhos preparatórios. Ao colocar a resolução de problemas no centro da actividade cognitiva humana, Simon e Newell abrem a via a uma formalização de alcance extremamente geral, e a um intenso esforço de implementação de modelos artificiais do comportamento humano. Quando estes autores propõem, em 1960, o "*General Problem Solver*" (Newell, Shaw and Simon 1960²), que é um "programa geral de resolução de problemas" (GPS), eles pensam oferecer um instrumento universal de descrição da actividade cognitiva (DEMAILLY and LE MOIGNE 1986). Apesar do entusiasmo suscitado na corrente mais clássica da IA, os sistemas "inteligentes" implementados a partir desta hipótese depressa se defrontam com limites difíceis de ultrapassar, tratando-se de modelizar situações próximas da realidade. A definição do conjunto dos elementos ("base de conhecimentos") pertinentes para a resolução de um determinado problema revela-se extremamente difícil, nomeadamente porque se torna necessário fazer apelo a metaconhecimentos e a meta-metaconhecimentos, numa regressão cujo percurso é difícil limitar criteriosamente. Acresce que estes últimos não se comportam do ponto de vista lógico do mesmo modo que os conhecimentos "de base" (Andler 1987), o que explica que os sistemas inspirados do GPS encontrem, em todas as aplicações a situações da vida real, uma outra dificuldade: os "problemas" reais são tudo salvo problemas bem formulados, enunciados a partir de termos logicamente bem definidos. Eles são, pelo contrário, problemas "difusos", complexos, emergindo em situações mal estruturadas... Por outras palavras, e para utilizar a expressão de G. F. Lanzara (1986: 447), o processo de concepção, enquanto actividade cognitiva, será melhor descrito em termos de "actividade de exploração e de definição de problemas (*problem setting*), actividade que efectua, por meio de conversações e de transacções, vários actores em interacção em situações caracterizadas pela ambiguidade, pelo conflito e pela incerteza estratégica" (traduzo). É verdade, conforme replica H. Simon às críticas de Lanzara, que o "*problem setting*" pode

² Esta referência, como a precedente, são citadas a partir de J.-L- LEMOIGNE 1986.

ser definido como uma acção normal de "resolução de problemas" na qual o "problema" a resolver consiste em elaborar o problema. A definição do problema poderia portanto reduzir-se, nas palavras de Simon, a um "processo normal de resolução do problema: "qual é o problema?" (Simon 1986: 455).

É hoje reconhecido que a actividade de determinação do problema a resolver é fundamentalmente distinta da resolução do problema uma vez que este foi correctamente determinado e formulado, quer dizer, uma vez que dele possuímos uma representação logicamente conveniente. Acresce que na maior parte das situações reais a própria determinação do problema é uma actividade social, como o sublinha Lanzara na citação de acima reproduzida. O autor acrescenta que a "formação dos esquemas de um problema não pode prescindir de uma estrutura de comunicação, que, por seu turno, se estabelece à medida que avança o processo de concepção" (Lanzara 1986: 451). Os actores implicados na concepção do problema, ao entrarem em interacção (negociação, disputa, controvérsia...) encontram no seu "task environment" o resultado das suas próprias acções e mensagens, enquanto reacções dos outros actores. Como vemos, a elaboração de um "problema" assume na maior parte dos casos um carácter de actividade social fortemente iterativa, que nos interessa particularmente.

Estas observações mostram que faltam ainda, na definição inicial acima proposta, alguns elementos importantes. Ao isolar artificialmente *um* sujeito confrontado com uma dificuldade, deixámos de lado o facto de que as "dificuldades" se apresentam aos sujeitos sociais através da cultura destes sujeitos e em situações sociais, dependendo o modo como eles as percebem e identificam, de esquema culturais que precedem sempre as situações práticas ou especulativas em que ocorrem (que podem ser classificações de tipos de problemas, ou "scripts" pré-construídos de resolução de cada tipo de problemas), e do sistema de relações entre os actores nelas implicados. Num contexto social, a determinação daquilo que é ou não é "o problema" põe em jogo os interesses, bem como as estratégias dos actores e traduz-se em acções, por um lado; enquanto formulação de uma questão, a procura da definição do "problema" exprime-se por outro lado necessariamente em discursos que entram num processo social de circulação, de elaboração, de debate. O espaço dos actores (grupos, indivíduos), empenhados na definição do problema, configura um certo *espaço social*; enfim, cada "problema" em elaboração (e isto é verdade qualquer que seja a sua natureza, problema da vida quotidiana expressa no senso comum, ou problema científico), é produzido e existe, em relação permanente com outros "problemas", que lhe estão ligados de diversas maneiras (conexos, opostos, etc.). Sem defini-las por agora, digamos apenas que as noções que subtendem este processo são as do "*campo social*" (BOURDIEU 1987) que supõe (e que modifica) a produção de um determinado problema, e a do "*espaço de problemas*" no qual intervém a elaboração enquanto processo discursivo.

Naquilo que fica explanado sublinharemos dois pontos: em primeiro lugar, as descrições clássicas do que é "ter um problema", quer retenham apenas a "dificuldade", ou apenas a "questão", quer as considerem ambas, deixam de lado o processo intermédio, em nosso entender fundamental, de *elaboração* da questão *a partir* da dificuldade. Ora quem diz elaboração diz escolha (ou série de escolhas) entre diferentes possibilidades alternativas: a produção de um problema equivale sempre à selecção de uma ou de várias questões que são formuladas e retidas para processamento, de entre um conjunto muito mais vasto de questões igualmente possíveis, verosímeis, e, por vezes, *a priori* igualmente interessantes. Como vamos ver, é este um dos pontos em que divergem, em nosso entender de maneira decisiva, os vários modos de produção dos problemas, que correspondem às normas próprias a cada um dos espaços sociais e a cada espaço de problemas. Resumindo o que foi dito, constatamos que dispomos de algumas indicações sobre os requisitos necessários para caracterizar um "problema". Trata-se, segundo o que acabamos de ver, de responder a um certo número de perguntas:

Qual a natureza da dificuldade, mesmo que deva ser definida de modo imperfeito (vago, incompleto)?

De quem é a dificuldade que suscita a interrogação?

Quem formula essa interrogação (caracterizemos os actores implicados na produção da *questão* e dos discursos que a ela se referem)?

Como é ela formulada (quais as características dos discursos através dos quais ela se exprime e elabora, quais os modos de aceitação e/ou de legitimação desses discursos)?

Quais as relações entre essa questão e outras que lhe estão ligadas ou lhe vão sendo associadas (qual a "formação discursiva", o espaço de problemas em que se integra)?

Qual a circulação desse discurso na sociedade?

Qual é o espaço social coberto ou atingido pelo "problema" (o conjunto dos actores que intervêm, de um modo ou de outro na produção e na gestão do "problema")?

A resposta a estas interrogações permite-nos sistematizar a descrição daquilo que R. Lenoir designa como "a génese social de um problema social" (Lenoir 1989: 78); mas ela permite-nos sobretudo, efectuar essa descrição segundo um esquema teórico que se aplica igualmente a *qualquer* problema científico e portanto à determinação da noção de "problema sociológico".

3. Uma definição de "problema social"

Dificuldade e questão, o "problema social" designa habitualmente algo que atinge um grupo, ou uma categoria de pessoas, e suscita interrogações num círculo alargado, para além do foro individual. A associação do adjectivo "social" ao substantivo "problema" tem uma história. Uma sociologia histórica descreveu o processo de "invenção do social" nas sociedades europeias do século XIX, e mostrou como aquilo que parece hoje uma evidência, largamente difundida em toda a sociedade – o "social" – é o resultado de um processo de elaboração prática (relações de força entre grupos, nomeadamente no "mundo do trabalho", noção também ela recente), nos discursos que esses grupos desenvolveram quanto à sua situação, nos discursos que os outros grupos sociais foram produzindo em resposta ou em competição, assim como nos discursos dos peritos (nomeadamente académicos, os sociólogos) e dos políticos. Tem sido diagnosticada igualmente a dissolução dessa noção, antes tão evidente (e da realidade que lhe correspondia), como o "fim do social". Sem entrar aqui no detalhe dessa história, que estará bem presente nos nossos ensinamentos, interessa circunscrever o sentido da expressão composta: "problema social".

Se aceitarmos aplicar as indicações que acima recolhemos sobre a caracterização de qualquer problema, ao "problema social", devemos começar pela percepção de uma dificuldade, cuja natureza pode ser apenas vagamente delineada. Utilizando um exemplo tratado por R. Lenoir, vemos que a miséria de uma parte importante da classe operária, e sobretudo dos mais idosos, foi o terreno de confronto entre a burguesia industrial e a aristocracia conservadora, ao longo do século XIX, a propósito das reformas operárias (Lenoir 1989: 78). Sem dúvida, a miséria extrema dos operários rejeitados do mundo industrial ao atingirem idades que os tornavam menos aptos ao trabalho, representava para esses antigos operários, para as suas famílias, e até, por antecipação, para os activos, um "problema" no primeiro sentido que analisámos. No entanto, os grupos que, à distância, nos parecem mais directamente "interessados" neste "problema", não participaram de modo activo na sua elaboração enquanto "problema social". Foram os actores do foro político (cujo acesso era restrito), e os grupos sociais dominantes já evocados, que procederam ao trabalho de formulação pública, opondo-se quanto a todos os critérios (natureza do problema e suas causas, soluções que convinha ou não promover, e modo de aplicação das eventuais medidas), salvo um, o da existência de "um problema". O *trabalho* social efectuado em redor daquilo que foi constituindo-se em "problema social" inclui as pressões políticas, a formalização progressiva dos discursos e a legitimação do próprio "problema" enquanto questão social aceite como existente e pertinente, e enfim enquanto ponto de partida de programas de acção (política e social) legítimos.³ Para que uma "dificuldade" que afecta um ou

³ A questão das reformas operárias, ao cabo de um intenso processo de elaboração, vai desembocar na formulação da "questão social", matriz que nos permite ainda hoje dar conta da formação de um "problema social", seja ele o da "terceira idade", dos "jovens", do "desemprego", do lugar da mulher na sociedade ("feminismo", "aborto", etc.), da

vários grupos sociais se converta em "problema social" é por conseguinte necessário que um trabalho seja efectuado, que consiste como vimos em impor a existência da dificuldade enquanto questão importante, que ultrapassa sempre as fronteiras do grupo directamente afectado e se torna *legítima*, através de um processo específico de formulação.

4. O "Modo de produção" dos problemas sociais

O processo de produção de *qualquer* problema deve ser analisado enquanto fenómeno social (porque nos interessa o conjunto dos actores e das relações sociais que o processo implica), e enquanto fenómeno discursivo e conceptual (porque nos importam as questões da *forma* dos discursos e dos conceitos).

4.1. IDENTIFICAÇÃO DO "PROBLEMA SOCIAL"

Identificar a dificuldade: passo que pode parecer simples, mas não o é de facto. Vejamos um exemplo: o "problema da 'droga'". Todos "sabemos" o que é esse problema: um conjunto de dificuldades que estão, de uma maneira ou de outra ligadas àquilo que chamamos "droga". Sofrimento de quem consome drogas, das pessoas à sua volta que testemunham e partilham desse sofrimento, em casa, nas ruas, nas escolas, conflitos e agressões gerados pela urgência da falta, perturbação dos serviços de polícia, de saúde e das prisões confrontados com essas populações, corrupção de comerciantes, funcionários, políticos e particulares tentados pelos enormes volumes de dinheiro gerados pelo negócio das drogas: a lista exaustiva seria quase impossível de estabelecer. Assim, à questão "*de quem* é a dificuldade que gera o problema" parece que podemos responder: de todos esses indivíduos, desses grupos sociais, dessas instituições. Mas sobra uma questão: será que "o" problema "da droga" é um só, e o mesmo problema para todos, como leva a acreditar a formulação do discurso corrente? Será que o consumo de uma mesma e dada substância (ou até o seu abuso) acarretam automaticamente um "problema de droga" enquanto problema social, em qualquer época ou sociedade? Proponhamos a resposta sem dar a análise que a fundamenta: é bem claro que o problema da "droga" não é um, que os diversos actores sociais implicados na produção do problema o entendem dos modos mais diversos. Nem o uso e abuso de uma mesma substância que chamamos "droga" implicam que exista um problema social deles derivado em todas as sociedades em que se verificam (ou, no seio da mesma sociedade, em épocas históricas diferentes). Nem a definição do que é "uma droga", nem os "problemas" que resultam do consumo (dos diversos regimes de consumo, note-se) de certas substâncias, nem as razões pelas quais algumas dessas

"imigração", etc.

consequências, ou todas elas, constituem "problema", para já não falar do que conviria fazer para remediar, punir, erradicar os usos, abusos e consequências, nenhum desses elementos, dizíamos, são elementos susceptíveis de ser integrados de modo simples na definição unitária de "um" problema, se este devesse ser encarado como *um problema comum* a todos os actores sociais. A "situação problemática", é neste caso, como do resto em muitos outros, caracterizada pela complexidade do campo social em que se efectua o trabalho de produção do "problema social", e pela abertura e pela incerteza quanto à própria natureza daquilo que está em causa, e em debate.

4.2. AS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DO "PROBLEMA SOCIAL"

No entanto, se parece evidente para o senso comum que o "problema da droga" deveria ser principalmente "o problema dos drogados", sabemos como a realidade está longe de corresponder a essa suposição. Não foram de modo algum aqueles que sofrem com o consumo excessivo de "drogas" que produziram socialmente o problema da droga enquanto "problema social". Pelo contrário, foram as instituições e os grupos dominantes, com capacidade para produzir um discurso legítimo sobre "a droga", cuja interacção definiu os contornos desse "problema". Não foram os utilizadores das diferentes substâncias, nem os familiares, vizinhos, as pessoas ou grupos mais directamente implicados no consumo excessivo de certas substâncias que desempenharam o papel decisivo, mas as Associações, o Corpo Médico, enfim e sobretudo, o Estado (Legisladores, Tribunais, Polícia, Escola, Hospital, etc.).

Se a segunda série de questões era: *quem formula* as interrogações suscitadas pela dificuldade, tentar responder a esta questão é sinónimo de tentar estabelecer as características *sociais* do "problema social": determinar quais são os grupos que estão envolvidos na definição do problema, na produção de discursos, na acção relacionada com esse problema, quais as relações entre esses grupos (associação, alianças, conflitos, negociação, ignorância, recíproca ou não, etc.), a propósito do "problema". O processo de que se trata é o da elaboração *social* do "problema social": a partir do momento em que a dificuldade aparece e é sentida, ela pode levar à implicação de numerosos grupos sociais, com interesses e pontos de vista, ideologias, diversos e divergentes, contraditórios. As interacções entre esses grupos e indivíduos não só conduzirá a diferentes definições do *que* é o problema, como modificará este último. Assim de modo evidente, a controvérsia sobre a "droga" enquanto "problema social" consiste por exemplo em decidir quais as substâncias que podem ser qualificadas de "droga"; se este é um problema médico (se "o drogado é um doente", o que é necessário é tratá-lo, como se trata uma pneumonia), ou se é um problema de ordem pública, um delito ou um crime (se "o drogado é um delinquente"), que se deve então julgar e punir. Quantos mais grupos e indivíduos participarem no trabalho de produção e

transformação do problema., tanto mais complexo ele se tornará, e maior será a sua abrangência. Tanto maior será, também, a competência social acumulada no respectivo domínio de problemas, tanto no que respeita á constituição de actores especializados (associações, administrações, peritos), como através da *acumulação de saber socialmente distribuído*, detido pelos cidadãos, pelos responsáveis políticos, pelos líderes religiosos, etc.. A sociedade no seu conjunto pode ser dita adquirir competência especial num determinado espaço de problemas.

Assim, diremos que o problema social surge, é elaborado, transformado, por vezes resolvido, no interior de um *campo* (o campo social, o conjunto dos actores envolvidos num certo problema) que é difuso, determinado de forma *ad hoc*, para cada caso, e evolui com o tempo. Neste campo social, a elaboração dos problemas inicia-se a partir das *posições* que os actores nele ocupam; mas a elaboração de cada problema social fornece a cada grupo envolvido a ocasião para renegociar a sua posição no campo, e pode ser um dos meios utilizados nessa negociação.

A elaboração de um discurso legítimo sobre um "problema social" põe em jogo e põe em risco as relações de força entre os actores: dizer qual é o problema é um acto com plenas consequências práticas. Por outro lado, o campo no qual se elabora o "problema social" é também constituído pelas relações entre este problema e o conjunto dos problemas sociais. Cada problema social toma sentido e consistência em relação a um certo número de outros problemas sociais. Assim, se considerarmos o discurso social sobre "a droga", é certo que este "problema social" está ligado, de múltiplas formas segundo o ponto de observação, ao problema da insegurança urbana, à epidemia da Sida, ao problema da habitação, da pobreza, das mudanças que afectam os mecanismos de socialização, da destruturação familiar, assim como é tributário dos processos de desregulamentação comercial e de mundialização das economias... Não escapa ao exame mais superficial que cada um destes "problemas" tem as suas características próprias, em parte independentes da sua relação com o da "droga"; mas é claro que este último interfere, de modo diferente, é certo, com cada um dos outros, e deles recebe e lhes fornece impulsões, esquemas ideológicos ou de acção, estereótipos, que contribuem para dar forma a cada problema particular.

4.3. CARACTERÍSTICAS LÓGICO-DISCURSIVAS DO "PROBLEMA SOCIAL"

A questão seguinte tenta averiguar quais são as *características dos discursos* através dos quais a dificuldade vivida se exprime e elabora. Distingamos em primeiro lugar os diferentes tipos de discursos aos quais o "problema social" dá origem: discursos interpretativos, explicativos, normativos. *Interpretativos*: são os discursos que determinam de que se trata (qual é o problema), em que consistem

as dificuldades sentidas? *Explicativos*: quais são as causas dessas dificuldades?
Normativos (ou prescritivos): o que deve fazer-se para lhes dar solução?

A massa de discursos produzidos pelos actores sociais que estão em contacto com um ou outro aspecto do "problema" é, em geral, muito vasta, e, se tentarmos apreender globalmente a totalidade dos discursos que uma sociedade produz acerca de um problema como o "da droga" á medida que avança a sua constituição em "problema social", reconheceremos que existe o que M. Foucault chama "uma formação discursiva" (Foucault 1963) que importa caracterizar, de acordo com as suas propriedades lógico-discursivas. No que concerne ao "problema *social*" destacaremos sumariamente:

- A *multiplicidade* das formulações (os discursos são diferentes segundo os grupos, segundo os indivíduos);

- A *variabilidade* dos enunciados de grupo para grupo, e até no caso de um mesmo grupo ou indivíduo, segundo as circunstâncias, segundo os interlocutores, segundo o resultado que se trata de obter.

- A *não-sistematicidade*, pelo menos se esta for entendida como o resultado de um processo de sistematização deliberada. A ausência de sistematicidade acarreta um fraco grau de coerência. Assim, a contradição entre dois enunciados do mesmo grupo ou do mesmo indivíduo sobre um problema social em que se encontram implicados pode não lhes causar qualquer inquietação. A coerência lógica não é um problema crucial para estes discursos, não é algo que se tente detectar, nem objecto de trabalho especial. Os pontos de vista evoluem, as opiniões mudam, a estrutura interna dos nexos lógicos entre diversos enunciados modifica-se, e no entanto os actores podem não ter consciência dessas modificações. Esta característica é tanto mais acentuada quanto maior for a dimensão e a complexidade dos grupos envolvidos na produção de discurso sobre o "problema". Já será algo complexo determinar o que é o "discurso da polícia" ou o "discurso dos toxicodependentes" sobre "o problema da droga"; pense-se no que será a complexidade do que poderemos chamar "o discurso da sociedade portuguesa" sobre esse mesmo (será o mesmo?) problema.

- Estes discursos são ainda *fragmentários*, eles não abrangem nunca a totalidade dos problemas, mas aspectos parcelares, determinados pelo ponto de vista particular do grupo ou do indivíduo, ligado á sua posição na estrutura social.

A *performatividade*: o carácter fundamentalmente polémico das "definições" do que é, ou em que reside o "problema", denunciam o carácter performativo dos discursos sociais sobre o problema social. Neste quadro, *falar do problema* e sobretudo intervir no espaço público a propósito de um "problema" é quase sempre já procurar *fazer* qualquer coisa, obter um resultado prático, convencer, tentar redefinir a situação ou influir sobre ela (AUSTIN 1970).

5. O modo de produção do "problema sociológico"

Embora seja necessário, dada a natureza deste curto texto, concentrar-nos sobre a definição do problema sociológico, é perfeitamente claro que, do nosso ponto de vista, o que distingue o problema sociológico do tipo de problemas que temos vindo a descrever ("Problema social"), é também o que distingue qualquer problema científico, de todo e qualquer problema elaborado pelo senso comum. Por isso mesmo insistimos em introduzir, de início, os exemplos dos "problemas digestivos" ou dos "problemas com o carro". Não é a natureza "social" do "problema social" que nos interessa realçar, mas os atributos particulares do seu modo de produção. Assim, se bem que nos debrucemos sobre o problema sociológico, não perderemos de vista que, no essencial, o que caracteriza este tipo de problemas, são características *comuns* aos problemas que elaboram as ciências, sejam elas sociais, naturais ou exactas.

Para começar, notemos que o que ficou dito a propósito da estrutura geral do problema, a saber, que resulta de uma dificuldade (especulativa, teórica ou prática, técnica, etc.) e das interrogações que a partir dela são formuladas, se aplica aqui plenamente. Compreender um determinado problema científico, significa pois, antes de mais conhecer a dificuldade que o provoca, e o contexto interno ao plano científico (teórico, técnico) e externo (histórico, social), em que ele é produzido. A natureza da dificuldade que torna necessária ou pelo menos pertinente a construção de um novo problema é, no domínio das ciências, sempre *interna* às teorias existentes: para evocar apenas rapidamente alguns desses tipos de dificuldades, digamos que pode tratar-se da descoberta de uma falha na coerência interna de uma teoria (dificuldade formal, ou sintáctica), ou de uma dificuldade em explicar, por meio dessa teoria, alguns factos *pertinentes* para a mesma (dificuldade "semântica" (Granger 1992), que corresponde á "falsificação" factual de K. Popper (POPPER 1984)). Quanto ao interesse ou ao valor de um problema, eles medem-se á importância dos novos conhecimentos que a sua resolução permitiria obter. A "dificuldade" que reconhecemos na origem de qualquer problema, como acima dissemos, é, no caso da ciência, uma dificuldade *interna* a essa ciência.

Se é correcto falar do "sujeito" do problema científico, constatamos que pode tratar-se de um indivíduo (recordemos a famosa lista dos "problemas matemáticos de Hilbert", cf. Andler 1987), um pequeno grupo de cientistas em colaboração, mas pode também ser uma comunidade científica mais alargada. A definição do problema é um processo complexo, em que intervêm conhecimentos, meios teóricos e técnicos, mas igualmente indivíduos e grupos sociais, que, a partir de uma situação problemática cujos contornos são raramente bem determinados, combinam conceitos, recursos, agentes humanos e técnicos, para formular um novo problema.

Por seu turno, e nos discursos científicos de modo ainda mais premente que no senso comum, nenhum problema existe por si só, mas ao invés surge, ganha precisão, transforma-se, em relação estreita com um certo número de outros problemas, já existentes, que constituem o "espaço de problemas" que lhe dá sentido e que o novo problema modifica de modo mais ou menos sensível. É certo que às questões que acima sugerimos a título de instrumentos de descrição dos problemas, as respostas são bastante diferentes consoante se trate de um problema social ou de um problema científico (v.g. sociológico).

No que respeita aos modos de formulação, essa diferença é particularmente importante. Vimos que as características lógico-discursivas do "problema social" (instabilidade, não sistematicidade, etc.), apontavam todas na mesma direcção: um discurso múltiplo, não unificado nem que fosse numa certa medida. As propriedades *lógico-discursivas* da expressão "problema científico" tendem a opor este tipo de problemas termo a termo, ao problema social.

Se considerarmos a *forma* que assume a enunciação dos problemas científicos, constatamos que ela tende a ser efectuada de maneira a permitir a demonstração lógica das diferentes soluções possíveis; que ela tende para a sistematicidade; que ela tende para a estabilidade das formulações, para a integração progressiva entre enunciados dos diversos problemas pertencentes a um mesmo espaço de problemas.

A *enunciação* do problema faz-se por conseguinte em relação com o estado da disciplina que o constrói: um problema científico é um problema que *pode* ser tratado com os meios próprios e eventualmente resolvido no âmbito da disciplina, o que supõe que se possa conceber a *operacionalização* do tratamento do problema: que existam *metodologias* adaptadas, ou que possam ser concebidas.⁴

Mas será também interessante considerar as características *sociais* do problema científico (sociológico). Pode parecer surpreendente considerar que a produção de um "problema científico" (por exemplo sociológico) também possui propriedades *sociais*. Em definitivo, a sociologia da ciência tem demonstrado de que maneira trabalho conceptual e contexto social se entrelaçam e combinam, na determinação da forma como as questões se impõem (ou não), como são resolvidas, e do destino relativo das diversas soluções que virão a ser propostas, dependentes do estado do campo científico enquanto campo social (as "escolas", os laboratórios concorrentes, as "autoridades" de cada domínio, o acesso e controlo das publicações...) (LATOUR and WOOLGAR 1988; LATOUR 1989).

O exemplo do "suicídio" estudado por Durkheim permite ilustrar o que precede. O autor, ao propor esse tema de estudo, tem um objectivo científico: explicar a

⁴ Neste sentido, problemas teóricos que muitos pensadores consideraram interessantes, por exemplo o da "existência ou não existência de Deus", encontram-se rigorosamente fora do domínio científico (actual), visto que não dispomos, nem dispostemos, de metodologias homogêneas às teorias que possuímos ou podemos imaginar, para proceder ao tratamento científico da questão.

variação das taxas de suicídio no tempo, no espaço, e segundo os grupos sociais (Durkheim (1897) 1960). Se o suicídio está então longe de constituir um problema social premente é, pelo contrário, um excelente material para demonstrar as principais teses teóricas de Durkheim, visto existirem já numerosos escritos, dados e reflexões sobre o fenómeno. As teses de Durkheim, que receberam uma aceitação restrita, objecto de ataques e de cepticismo, necessitam uma defesa magistral, se a nova disciplina sociológica quiser afirmar-se (Simon 1997: 340 sq.). Ora esta afirmação não é apenas científica: trata-se de conquistar um lugar no universo académico, obter que cátedras de Sociologia sejam criadas, que os jovens cientistas possam fazer carreira no seu âmbito, e já não enfeudados á Filosofia Social ou á Economia Social (ou até ás Ciências da Educação, disciplina que Durkheim é obrigado a leccionar no início do século), como até então. Durkheim prossegue pelo menos tanto objectivos científicos quanto objectivos de *política científica* ao propor um problema de natureza quase provocatória: explicar pelo social um tipo de factos que tocam ao mais íntimo dos indivíduos, como podem sê-lo os motivos que conduzem alguém a tomar a decisão terrível de por fim aos seus dias, eis o desafio (Nisbet 1993: 120). As reacções ao modo de formulação e de tratamento do novo problema (sublinhe-se de novo que não se trata do "problema do suicídio", mas do problema das *"diferenças da taxa de incidência"*), foram virulentas, como as reacções á apresentação do novo programa de investigação de que eram portadoras as *"Regras do método sociológico"* (1895) tinham estado á altura do conflito de interesses profissionais, académicos, simbólicos que a constituição de uma nova disciplina concorrente no espaço das humanidades tinha suscitado: trata-se portanto claramente de um processo *social*.

Discussão, controvérsia, no seio da comunidade científica, para impor a formulação do problema, obedecem no entanto a regras estritas (as regras do jogo intelectual entre profissionais de uma disciplina): a procura regrada da objectividade e da verdade.

Por outro lado, em contraste com o que dissemos do problema social, o problema *sociológico* surge, é elaborado, transformado, no interior de um *campo* restrito (o campo das disciplinas) que é estruturado pelas instituições profissionais e intelectuais, determinado pelo "estado das questões" ou "estado da arte" e constringido pelas normas em vigor; ele aparece de forma deliberada, em função de *programas* de investigação: este é o seu *espaço social*. O problema sociológico (e científico em geral), enfim, só se constitui enquanto problema pertinente como parte da rede de relações entre o conjunto dos *problemas sociológicos*, das *problemáticas* que os articulam, das *teorias* que se disputam o campo científico. Cada problema *sociológico* toma portanto sentido e consistência em relação a um certo número de outros problemas *sociológicos*: tal será analisado como constituindo o *espaço de problemas* (ou "problemática") a que

cada novo problema pertence, em que vem inserir-se, que vem, numa certa medida, modificar.⁵

Mediremos as consequências das opções teóricas que subtendem o que aqui vai ficando exposto, se relemos o que escreve Peter Berger sobre a diferença entre as duas ordens de problemas. Para este autor, a diferença (que ela reconhece e tenta fundamentar) é aquela que existe entre o disfuncionamento de uma instituição (problema social), e o conjunto do seu funcionamento, bom ou mau (problema sociológico). Com efeito, escreve Berger, "O problema fundamental não é o crime, e sim a lei, não é o divórcio e sim o casamento, não é a discriminação social e sim a estratificação por critérios de raça, não é a revolução, e sim o governo" (Berger 1978: 47). Para nós deveria agora ter ficado claro que nem o "divórcio" *nem* "o casamento" são, enquanto tais, problemas *sociológicos*. E é até possível que nem um nem outro constituam, em dada sociedade, problemas *sociais*. Evocar "o casamento" é estar ainda muito longe de deter um problema, de tê-lo produzido, enunciado, relacionado com os problemas que lhe dão sentido, com as teorias que o tornam pertinente. "O casamento", no sentido de P. Berger, é uma instituição (como "o governo"): onde está o problema? O empirismo, na sua ingenuidade inesgotável, confunde um objecto com as questões que lhe podem ser colocadas, porque acredita que o objecto possui a virtude de fazer o trabalho que o sociólogo tem de efectuar e dizer de si próprio aquilo que lhe deve ser perguntado. Ora é precisamente o que acontece com os "problemas sociais", que a sociedade propõe (e em certa medida impõe) ao sociólogo, quer o faça através de uma pressão difusa, impondo os esquemas ideológicos que os grupos dominantes (que, como vimos comandam a produção desses problemas enquanto tais) elaboram, quer o faça de modo muito mais preciso e constrangedor, através da *encomenda* de investigação. Nestes casos, o sociólogo defronta a obrigação de contrapor ao "problema social" que lhe é imposto como um "pronto a estudar", o problema sociológico que permite, senão fornecer álibis científicos aos actores que os solicitam como armas para as suas estratégias sociais, pelo menos de produzir o *efeito de conhecimento*, que mais provavelmente deixará insatisfeitos os que assim vêm os seus jogos expostos, enunciada a formação dos seus interesses. Como escrevem Bourdieu, Chamboredon e Passeron, "não podemos economizar a tarefa de construção do objecto sem abandonar a investigação a esses objectos pré-construídos, factos sociais recortados, percebidos e nomeados pelas sociologias espontâneas ou "problemas sociais" cuja pretensão a existir enquanto problemas sociológicos é tanto maior quanto mais realidade tiverem para a comunidade dos sociólogos"

⁵ Deixaremos de lado, porque não é possível consagrar-lhe aqui o espaço mínimo que requer, a questão das relações que existem entre os processos de produção dos problemas sociais, e o processo de produção dos problemas sociológicos, nomeadamente através da análise da influência da demanda social, e dos mecanismos de encomenda (social) e de financiamento da investigação sociológica.

(Bourdieu et al. 1968: 60). Se á dificuldade epistemológica da construção do problema (que constitui o primeiro passo da construção do objecto) acrescentarmos a dificuldade propriamente *social* que encontra o sociólogo para recusar o "problema" que lhe é proposto/imposto pela encomenda, mediremos o alcance da formação teórica no mais íntimo da mais modesta prática profissional.

Começámos por mencionar o modo como a filosofia analítica e o primeiro cognitivismo da IA, ao definir "problema", tendiam a ignorar o trabalho que leva da dificuldade à questão bem formulada. Teremos terminado mostrando como a mesma ignorância conduz o empirismo à incapacidade de problematizar a noção de problema, ocultando as operações de construção que presidem à sua elaboração e os seus efeitos teóricos. Ora, é precisamente á importância do efeito de modificação do espaço de problemas de uma dada disciplina que produz a introdução de um dado problema que se mede o "valor" desse problema⁶. Nesta óptica, um "bom problema", e se quisermos até um "belo problema" é aquele que provoca uma profunda remodelação do espaço problemático da disciplina, sendo que este efeito é sempre correlativo dos novos conhecimentos que podem desde logo vir a ser adquiridos.⁷

O valor de um "bom problema" (como o de uma "boa teoria"), mede-se á fecundidade heurística da questão que formula (Granger 1992). A dificuldade principal reside portanto em construir um "bom" problema, um problema "interessante", uma questão cuja solução empírica não é trivial, mas é *possível*: por isso há bons e também menos bons problemas. Ora, se o jogo de palavras nos é permitido, o "problema do sociólogo" (enquanto cientista, enquanto profissional membro de uma comunidade científica competitiva...), é prioritariamente o de produzir bons problemas: o problema, eis o problema.

Referências bibliográficas

ANDLER, D. (1987) "Problème: une clé universelle?" in STENGERS, I., (Dir.) (1987): 119-159.

⁶ É deliberadamente que não recorro á noção de "paradigma" científico, popularizada por T. Kuhn.

⁷ Ao contrário do que indica D. Andler quando pretende que "não há "bom" problema, ou pelo menos não há um que seja único ou privilegiado. A escolha de um problema não é um problema; ela permanece, irredutivelmente, uma escolha" (1987: 120). Concordamos, como foi explanado, em que não existe "um" problema que seja, para sempre "o" problema... E que o problema é matéria para escolha subjectiva, como acrescenta Andler: mas se a lógica da investigação (e talvez a da descoberta, nos termos de Popper) supõem escolha, invenção, subjectividade, existem escolhas melhores - mais fecundas - que outras...

SIMON, H.A. (1986). "Answer to Lanzara", in DEMAILLY, A. et J. L. LE MOIGNE, Eds. (1986): 455.

SIMON, P.-J. (1997) Histoire de la sociologie, Paris, PUF.

STENGERS, I., Dir. (1987). D'une science à l'autre, des concepts nomades. Paris, Seuil

Palavras-chave

PROBLEMA SOCIAL SOCIOLÓGICO EPISTEMOLOGIA TEORIA SOCIOLOGIA CIÊNCIA
METODOLOGIA INVESTIGAÇÃO HEURÍSTICA CONCEITO ESPAÇO DE PROBLEMAS INVENÇÃO
DESCOBERTA PARADIGMA

PROBLEM SOCIOLOGICAL EPISTEMOLOGY SOCIOLOGY THEORY SCIENCE METHODOLOGY
METHOD RESEARCH HEURISTICS CONCEPT PROBLEM SPACE PROBLEM SOLVING
PROBLEM SETTING INVENTION DISCOVERY PARADIGM

PROBLÈME SOCIOLOGIQUE MÉTHODE THÉORIE MÉTHODOLOGIE RECHERCHE ESPACE DE
PROBLÈMES FORMATION DISCURSIVE DÉCOUVERTE PARADIGME